

TRIBUNA DA CIDADE

DF LUIZ ESTEVÃO

Saúde, o maior compromisso

Mais de três meses antes de o ano terminar, a Fundação Hospitalar contabiliza o número recorde de 5 milhões de atendimentos na rede pública de saúde. É um número impressionante, que dá a exata noção dos desafios que aguardam nossa gente no campo da saúde pública. Próximo dos dois milhões de habitantes, o Distrito Federal vê-se na contingência de arcar, a cada dia, com uma carga de pacientes vindos de outros estados, e mesmo outras regiões, em busca do atendimento que eles não encontram em seus locais de origem. Este fato, em si, torna peculiar a situação do sistema de saúde de Brasília, que ainda enfrenta o brutal e intolerável atraso no repasse das verbas federais que lhe são devidas. Sofre a saúde, como também sofre a segurança pública e a educação.

Solucionar o déficit no setor de saúde do Distrito Federal é tarefa que precisa, inicialmente, considerar os quatro vetores especiais da questão: o crescimento populacional vertiginoso, acima das expectativas mais generosas; a "importância" de usuários oriundo de fora do DF; a necessidade de se implantar novas unidades em áreas populacionais recentemente criadas; e o ainda hoje inconstante fluxo de recursos da União. Brasília estruturou sua rede pública a partir de um modelo em que os centros e postos de saúde seriam elementos capazes de atenuar a pressão exercida sobre os grandes hospitais.

O que ocorre hoje é que o somatório destes problemas reduziu drasticamente a qualidade da prestação dos serviços de saúde no DF. Já foi modelar em nível nacional e,

apesar do estrangulamento evidente dos hospitais de grande porte, ainda é muito melhor do que o atendimento

oferecido na maioria dos estados brasileiros. O Hospital de Taguatinga, por exemplo, sofre a pressão de demanda violenta trazida por Samambaia, Recanto das

Emas e o próprio aumento não projetado de sua população.

Ceilândia deseja elevar o HRC ao padrão de médio porte, o que lhe abriria a perspectiva de mais recursos, a construção de uma UTI e de uma clínica de ortopedia. Mas ela carece de outro hospital que possa desafogar a imensa demanda para casos de emergência, da cidade e de sua área de influência. A construção do Bloco R no HRC não resolveu o problema do atendimento em uma unidade que, inaugurada em 1981, deveria responder por uma população inferior a 250 mil habitantes que, hoje, já ultrapassou a casa dos 400 mil. Cidades como Samambaia e Paranoá, cujos hospitais regionais estão projetados ou em construção, precisam ter logo suas unidades de atendimento funcionando.

Diante deste quadro, há que se considerar que, na Câmara Legislativa e no Palácio do Buriti, todos os homens públicos comprometidos com o futuro de Brasília reúnam esforços para fazer da saúde a prioridade máxima dos próximos quatro anos de administração. Reequipar os centros de saúde, redirecionando suas atividades para o combate e prevenção das doenças endêmicas; fazer dos postos de saúde elementos com atendimento mais abrangente e constante para a população; investir no saneamento básico e na educação sanitária; resgatar a figura do agente de saúde e valorizar, prestar e recompensar salarialmente os profissionais médicos, enfermeiros e auxiliares são metas a serem acordadas entre todos para que, a curto e médio prazos, o brasiliense conquiste uma saúde melhor, com a consequente redução do afluxo de pacientes aos nossos hospitais.

■ *Luiz Estevão é candidato a deputado distrital pelo PP*

